

SEGURO DESEMPREGO

Governo reajusta benefício

Trabalhadores demitidos sem justa causa poderão receber até R\$ 2.424,11 por mês. Tarifa vale até janeiro de 2026

» RAPHAEL PATI

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atualizou a tabela utilizada para calcular os valores do seguro-desemprego. Desde ontem, os trabalhadores demitidos sem justa causa irão receber um valor reajustado em 4,77%, que leva em consideração a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Diante disso, o valor máximo do seguro-desemprego sobe de R\$ 2.313,74 para R\$ 2.424,11. A correção dos valores também leva em consideração o aumento do salário mínimo, fixado em R\$ 1.518 desde o dia 1º de janeiro. A nova tabela com os valores definidos para o benefício tem validade até o dia 11 de janeiro do ano que vem. Tem direito a receber o teto do seguro, os trabalhadores que recebiam, por mês, acima de R\$ 3.564,96. Os que ganhavam entre R\$ 2.138,77 até R\$ 3.564,96 receberão a diferença entre o salário e R\$ 2.138,77 multiplicado por 0,5 e somado a R\$ 1.711,01. Já os demitidos por justa causa que tinham salário até R\$ 2.138,76, multiplica-se o valor médio da renda por 0,8%.

O seguro-desemprego é um benefício assistencial oferecido pelo governo brasileiro com o objetivo de garantir uma renda temporária ao trabalhador que foi demitido sem justa causa. Ele serve como um suporte financeiro enquanto o beneficiário busca nova colocação no mercado de trabalho. Os principais requisitos para ter direito ao benefício incluem ter sido demitido sem justa causa, estar em situação de desemprego no momento do pedido, não possuir renda

Marcelo Camargo / Agência Brasil



Para acessar o recurso, beneficiários devem ter trabalhado com carteira assinada por, pelo menos, 12 meses

própria para sustento familiar e não estar recebendo benefícios da Previdência Social, exceto em casos de pensão por morte ou auxílio-acidente.

Além disso, também se enquadra como tendo direito ao benefício o trabalhador demitido que tenha recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica (inscrita em cadastro específico da Previdência Social) relativos a: pelo menos, 12 meses nos últimos 18 meses imediatamente anteriores à data de dispensa, no primeiro pedido; pelo menos nove meses nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à data de dispensa, no segundo pedido; e cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, nos demais pedidos

Dúvidas

Como explica a sócia da Bezerra, Vargas e Corgosinho Advogados, Damiane Aparecida Corgosinho, o valor do seguro será corrigido até para as pessoas que já começaram a receber o benefício nos meses anteriores, com base na antiga tabela. “Conforme as atualizações implementadas em 2025, a correção dos valores do seguro-desemprego será aplicada tanto aos novos beneficiários quanto àqueles que já estavam recebendo parcelas no momento da mudança. Isso visa assegurar que todos os beneficiários estejam alinhados com os novos valores estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego”, esclarece a advogada.

Uma das exigências para o

seguro é a comprovação de que o beneficiário não possui renda própria suficiente para sustentar a família ou a si mesmo. Sobre as formas possíveis para comprovar essa situação, Corgosinho explica que há duas maneiras para justificar a ausência de renda: presencialmente, por meio de um termo declaratório, ou digitalmente, ao confirmar um termo de aceite com as mesmas declarações ao realizar a solicitação pelo aplicativo ou portal. “Essa declaração tem caráter autodeclaratório e pode ser verificada pelas autoridades competentes mediante cruzamento de dados com outras bases governamentais”, frisa.

A sócia da área trabalhista do Veirano Advogados, Luiza Lemos, explica que uma das dúvidas mais frequentes sobre o

Seguro desemprego

Confira mudanças na tabela do benefício

Antes:	Agora:
Até R\$ 2.041,39 – multiplica-se o salário médio por 0,8	Até R\$ 2.138,76 – Multiplica-se o salário médio por 0,8
De R\$ 2.041,40 até R\$ 3.402,65 – o que exceder a R\$ 2.041,39 multiplica-se por 0,5 e soma-se com R\$ 1.633,10	De R\$ 2.138,77 até R\$ 3.564,96 – O que exceder a R\$ 2.138,76 multiplica-se por 0,5 e soma-se com R\$ 1.711,01
Acima de R\$ 3.402,65 o valor será invariável de R\$ 2.313,74	Acima de R\$ 3.564,96 – O valor será invariável de R\$ 2.424,11

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

cancelar esse seguro-desemprego no meio”, alerta.

cancelar esse seguro-desemprego no meio”, alerta.

Carência

Além disso, há um período de carência para receber o seguro-desemprego, que varia conforme o número de solicitações realizadas anteriormente. Na primeira solicitação, o trabalhador deve ter trabalhado em, pelo menos, 12 dos últimos 18 meses anteriores à demissão. Na segunda solicitação, é necessário ter trabalhado por, pelo menos, 9 meses nos últimos 12 meses antes da demissão. Para as demais solicitações, é exigido que o trabalhador tenha trabalhado por, pelo menos, 6 meses imediatamente antes da demissão. Caso o trabalhador volte a trabalhar durante o período de recebimento do seguro-desemprego, o benefício é automaticamente suspenso, já que ele é destinado exclusivamente a quem está desempregado e sem fonte de renda suficiente para sustento próprio e da família.

» Entrevista | MONICA PANIK | ESPECIALISTA NO SETOR DO H2 E CÉLULA A COMBUSTÍVEL

A descarboização pelo hidrogênio verde

» RAFAELA GONÇALVES

Considerado o combustível do futuro, o hidrogênio verde (H2V) é apontado como chave para a descarbonização da logística, uma oportunidade para o Brasil se consolidar como polo mundial da indústria sustentável. Em razão de sua dimensão continental e particularidades regionais, o país apresenta um enorme potencial para a produção do gás, gerado a partir de fontes renováveis.

Desde 2021, a utilização do hidrogênio verde como matriz energética no Brasil tem mudado de forma abrupta. O Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, deve produzir 1,3 milhão de toneladas de combustíveis por ano. Os investimentos em plantas de H2V já ultrapassam R\$ 188 bilhões no país, impulsionado por gigantes globais.

Com mais de 25 anos de experiência no setor de hidrogênio, Monica Saraiva Panik, consultora da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), avalia que o país ainda está aquém do potencial que possui. Em entrevista ao Correio, a especialista em H2 e Célula a Combustível, que reside na Alemanha, avaliou as principais tendências e gargalos do setor na corrida internacional.

“Eu sempre falo que o Brasil tem tudo, mas não sabe passar essa mensagem. Eu acho que falta um foco técnico de como fazer. E essa parte técnica é viabilizadora, é assim que os países se espelham uns nos outros”, disse Monica, que destaca a importância das plantas de hidrogênio para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

Confira os principais trechos da entrevista.

Qual o potencial do hidrogênio verde para a descarbonização da logística portuária?

É um potencial enorme que vai desde a substituição dos combustíveis fósseis, em todos os modais de transporte, e envolve toda a cadeia. Embarcações, porta-contêineres, todas essas máquinas e equipamentos que são utilizados na logística dos portos. Você tem hoje uma indústria que já fornece esses veículos ou equipamentos e máquinas movidas ou a célula combustível, no caso, para navios é amônio e metanol, que estão sendo mais cotados, que são produzidos à base do hidrogênio. O transporte fluvial envolve também outros modais de transporte, como o rodoviário, transporte de gasodutos, tudo isso está sendo transformado. Toda a infraestrutura que você tinha para distribuir combustíveis fósseis está sendo transformada para distribuir não só hidrogênio derivado, mas também os subprodutos das plantas de hidrogênio. Os portos adquiriram um papel importante nessa transição, porque eles conectam países, indústrias, e isso são novas oportunidades de negócios, de geração de empregos e essa transformação da infraestrutura.

Há a possibilidade de fazer a transição de toda essa cadeia?

O portfólio de soluções é enorme. Uns querem veículos elétricos; outros movidos a hidrogênio puro; outros a combustíveis à base de hidrogênio. E não importa a rota, todas são válidas. A gente não deve limitar rotas tecnológicas, porque isso limita investimentos. Você deve

Rogério Lima/ Expolox 2024



O Brasil não sabe fazer marketing daquilo que ele tem. O mundo não sabe o que o Brasil tem e pode fazer”

abrir contanto com o objetivo de descarbonização, a partir daí cada um escolhe o que for melhor para aquela situação, para aquele ambiente.

Como avalia a posição do Brasil no cenário internacional?

O Brasil demorou um pouco para se alinhar a essa força internacional que começou há três, quatro anos. Mas eu acho que o Brasil tem condições para avançar muito mais rápido do que outros países. Porque temos matriz elétrica renovável, temos outras coisas que outros países não têm. Por exemplo, há países onde toda a energia gerada para a produção de eletricidade ainda é fóssil. Então eles têm que começar do zero. O Brasil não tem que começar do zero.

O que é preciso para avançar?

Motivar a demanda, ou seja, motivar a descarbonização, a substituição de insumos de combustíveis fósseis. Por isso, é importante a consciência de que é preciso existir um plano de descarbonização. Se você não tem hoje um plano de descarbonização na sua empresa, não importa o que a empresa faça, você está perdido e vai ficar para trás. O Ministério do Desenvolvimento indicou que quer lançar um selo de pegada de carbono. Isso vai revolucionar todos os setores.

Em que passo o selo está?

Está bem avançado. Eu conversei com o secretário de Economia Verde, Rodrigo Rollemberg, que participou da concepção do programa. Ele me disse

que já estão chamando as agências certificadoras para fazer a metodologia de como é que você vai quantificar a pegada de carbono do seu produto.

Uma matéria-prima que vem nessa maré da pegada de carbono é o aço verde...

O aço verde é o que utiliza energia renovável na sua produção, que utiliza hidrogênio verde. É o aço que tem uma eficiência energética e substituição de insumos fósseis. Então, se não for o aço verde, daqui a pouco não vou mais poder comercializar. Porque se as empresas já começaram esse movimento, principalmente as montadoras, fabricantes de veículos, é uma motivação, porque o aço é uma matéria-prima essencial, está em tudo. Se um

comprador disser que a partir de hoje não compra mais aço produzido com carvão, serão buscadas as soluções possíveis para fazer um aço livre de emissões.

Como a senhora avalia o posicionamento do país diante das necessidades para a transição energética?

Estamos muito aquém do que podemos fazer. Você não acha que esse plano do MDIC de selo de descarbonização não deveria ter sido divulgado na COP? O Brasil não sabe fazer marketing daquilo que ele tem. O mundo não sabe o que o Brasil tem e pode fazer. E o Brasil já tem esse caminho, o país tem trabalhado muito nisso. Qual outro país que tem experiência na substituição de combustíveis? Eu não conheço nenhum. E sempre falo que o Brasil tem tudo, mas não sabe passar essa mensagem.

Passada a fase regulatória, quais os desafios para o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde no país?

O Marco Regulatório com certeza é importante, mas não é só isso. Você tem que dar segurança, também, para a região onde você está ou você quer investir. Ainda vai chegar o momento onde você vai ver as comunidades sentindo essa parte de desenvolvimento socioeconômico. À medida que as plantas vão se instalando, você vai agregando valores. Não é só o ambiental, não se pode esquecer o socioeconômico e como as comunidades vão se envolver nisso, o que elas vão ganhar com isso.